



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

AJUSTE DIRETO LICENCIAMENTO GLOBAL DE SOFTWARE, MANUTENÇÃO E FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA MUNICIPAL

PROC. SACP N.º APROV_754/2022

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim o Licenciamento Global de Software, Manutenção e Formação no âmbito do Sistema de Informação Geográfica Municipal, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, devendo vigorar pelo período de **36 MESES**, contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 471.º do CCP, a partir da receção da devida requisição externa, ou assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos;

Artigo 3.º

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual terá como parâmetro, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o montante máximo de **36.520,00€**.

Artigo 6.º

Pagamentos

Os pagamentos devidos pelo contraente público devem ser efetuados anualmente, no início do período da prestação de serviços, 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o cumprimento das obrigações a que se referem.

Artigo 7.º

Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 8.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim **o Licenciamento Global de Software, Manutenção e Formação no âmbito do Sistema de Informação Geográfica Municipal**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 9.º

Lista de Artigos

Código	Designação	Unidade	Qtd
1.1	Licenciamento global de software, manutenção e formação no âmbito do sistema de informação geográfica municipal – 3 anuidades	Vg	1

Artigo 10.º

Características técnicas/especificações/ Licenciamento

Licenciamento do seguinte software:

1. Software Esri Inc. com licenças ilimitadas:
 - a. ArcGIS Desktop — Advanced, Standard, Basic
 - b. ArcGIS Desktop extensões - ArcGIS 3D Analyst, ArcGIS Spatial Analyst, ArcGIS Geostatistical Analyst, ArcGIS Publisher, ArcGIS Network Analyst, ArcGIS Schematics, ArcGIS Workflow Manager and ArcGIS Data Reviewer.
 - c. ArcGIS Enterprise Server - Enterprise or Workgroup (Advanced, Standard, Basic)
 - d. ArcGIS Enterprise Server Extensions — ArcGIS 3D Analyst, ArcGIS Geostatistical Analyst, ArcGIS Image, ArcGIS Network Analyst, ArcGIS Schematics, ArcGIS Spatial Analyst, ArcGIS Workflow Manager
 - e. ArcGIS Monitor
 - f. ArcGIS Engine
 - g. ArcGIS Engine Extensões - ArcGIS 3D Analyst, ArcGIS Spatial Analyst, ArcGIS Geodatabase Update, ArcGIS Network Analyst, ArcGIS Schematics
 - h. ArcGIS Runtime — Standard
 - i. ArcGIS Runtime Extensões - ArcGIS 3D Analyst, ArcGIS Spatial, ArcGIS Network Analyst
 - j. Acesso à Plataforma de Training da Esri Inc.
2. Software Esri Inc. 1 licença:
 - a. ArcGIS Online — 1 subscrição anual ^{a)};
 - b. Esri Developer Network Standard - subscrição anual Esri Developer Network Standard (EDN);

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

c. Esri CityEngine Advanced

3. Software Esri Portugal:

- a. Atualização permanente, durante os três anos, das seguintes licenças MuniSIG Web e InfraSIG:
 - i. MuniSIG Web Back Office
 - ii. MuniSIG Web Eploc
 - iii. MuniSIG Web GProc
 - iv. InfraSIG Desktop – Gestão de Infra-estruturas de Águas

a) - ArcGIS Online para Organizações (Subscrição Anual)

- i. Licenciamento nível 2, que permite a utilização até 100 utilizadores registados (50 visualizadores e 50 criadores), com a utilização de 10.000 créditos para uso por cada ano de contrato.*

Artigo 11.º

Manutenção

Deverá ser garantido um serviço de Assistência técnica com acesso direto via telefone, e-mail, fax, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas e questões;

Deverá ser garantido um sistema análise e resolução de problemas por via de acesso remoto aos equipamentos do Município de São Pedro do Sul;

Deverão ser garantidos os serviços de migração da Plataforma SIG garantindo: Atualização, Upgrade e Migração do sistema SIG existente e manutenção e evolução do software SIG existente e respetivas soluções implementadas no Município;

Deverá ser garantido um serviço de apoio técnico com elevada disponibilidade nos dias úteis, de 2.ª a 6.ª feira entre das 9.30 às 13.00 horas e das 14.30 às 17.00 horas;

Artigo 12.º

Formação

Deverá ser garantida formação permanente aos utilizadores do Município de São Pedro do Sul, via plataforma de formação (Training da Esri Inc).

Artigo 13.º

Equivalência

1 - Os equipamentos/bens a fornecer deverão ter todas as características mencionadas sendo que todas as referências a marcas deverão ser entendidas como meramente exemplificativas e nunca vinculativas à marca e/ou modelo referenciados, o que não implica a aceitação de produtos ou componentes com reconhecida

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

baixa ou fraca qualidade.

2 - Os produtos propostos, preferencialmente deverão ser sempre iguais ou equivalentes ao solicitado, não o sendo possível, deverão ser de qualidade superior.

Artigo 14.º

Prestação do serviço

Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 15.º

Conformidade e Garantia Técnica

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar ao Município de São Pedro do Sul em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Artigo 16.º

Código CPV

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- 38221000-0 Sistemas de informação geográfica (SIG ou equivalentes)

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro) e alterado pelo artigo 21.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, novembro de 2022